



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - COMBUSTIVEIS		
EVENTO: Reunião ordinária	Nº: 0926/03	DATA: 08/07/03
INÍCIO: 15h10min	TÉRMINO: 16h11min	DURAÇÃO: 01h01min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h01min	PÁGINAS: 33	QUARTOS: 13
REVISÃO: Víctor		
CONCATENAÇÃO: Estela		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos e debate sobre assuntos internos da Comissão.

OBSERVAÇÕES
Há orador não identificado. Há intervenção inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Tendo em vista a distribuição antecipada de cópias das atas da 10ª, 11ª, 12ª, 13ª e 14ª reuniões, consulto o Plenário sobre a necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Solicito a dispensa das leituras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Está dispensada a leitura das atas. Em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovada. Peço à Secretária que distribua o resumo da correspondência e faça constar da ata desta reunião o referido resumo. Informo que já se encontra na Secretaria da CPI e está à disposição dos Srs. Parlamentares para consulta cópia do documento enviado pelas Juntas Comerciais do Estado do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Ordem do Dia. Deliberação de requerimento. Requerimento nº 89, do Deputado Pompeo de Mattos. Não se encontra. Requerimento nº 91, do Deputado Nelson Bornier. Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, eu acho que, com toda certeza, o nosso Requerimento nº 91 tem a finalidade de requerer às Superintendências da Polícia Federal de cada Estado, extensivo às delegacias e postos policiais de cada cidade, para que, através destes, possam ser encaminhadas todas as peças de processos e/ou inquéritos referentes à prática ilegais no ramo de combustíveis e seus derivados. Não tenho dúvida de que, através de um requerimento de informação que já havia feito anteriormente, antes de ser instalada esta CPI, na minha cidade já existem diversos processos quanto a essa



questão de adulteração e apreensão, realmente, de combustível ali na Rodovia Washington Luís e diversos Municípios da Baixada. E, a partir daí, pedimos o apoio dos companheiros, porque eu acho que vai ser importantíssimo para esta CPI poder apreciar essas questões desses processos em todo o nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Em discussão. Os Deputados que queiram discutir... Aqueles Deputados que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*) Está aprovado o Requerimento nº 91. Requerimento nº 92, também do Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, este também tem a mesma finalidade, ou seja, estamos requerendo a todos os Tribunais Regionais Federais de todas as Regiões, para que, através destes, seja estendido aos juizes federais de 1ª Instância cópia, na íntegra, de todos os processos de mandado de segurança que foram objeto de liminares contra a União. E aí não importa se é CIDE, se é PIS, se é COFINS, enfim, todos os tributos, para que a gente possa, realmente, tomar conhecimento do que existe hoje na praça do nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Em discussão.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Pela ordem, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, eu gostaria de, dentro da linha de busca de documentos que tragam informações importantes à CPI, solicitar a aprovação, em conjunto com o Requerimento nº 92, do Requerimento nº 139, que trata da busca e apreensão de um processo descrito aqui nesta Comissão pelo Delegado Cláudio Nogueira, que está na pauta também. Na pauta é o item nº 139.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputado Nelson Bornier, V.Exa. é autor do Requerimento nº 92. Gostaria de saber...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - De acordo, lógico, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - De acordo?

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputado Daniel.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Nessa linha, para otimizar os nossos trabalhos, o Requerimento nº 127, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin, subscrito por mim também, trata exatamente dessa questão, de trazer documentos da 4ª Vara Federal do Amazonas. Então, eu solicitaria que também fosse votado de forma conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - O Requerimento nº 127 será apensado aos de nºs 92 e 139. Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Nada a opor. Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nada a opor. Está bem. Em discussão. (*Pausa.*) Os Deputados que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*) Está aprovado o Requerimento nº 92 e apensado o 127 com o 139. Requerimento nº 100, do Deputado Eduardo Cunha. Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Requerimento nº 100, da minha lavra, que requer à Junta Comercial do Rio de Janeiro a relação de todos os sócios dos postos que foram autuados e lacrados no Rio de Janeiro, conforme a relação anexa. Trata-se de interdição e lacre feitos por fiscalização da Agência Nacional de Petróleo, por qualidade de combustíveis, a fim de que possamos ter conhecimento de quem são os sócios, se



há alguma relação com vários fatos que já são do conhecimento desta Comissão é que estou solicitando que seja requerida à Junta Comercial a fim de que essa relação fique à disposição da investigação e da Relatoria, para que possa confrontar com outros dados já existentes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Em discussão.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sr. Presidente, só para um esclarecimento. O Requerimento nº 92 foi apensado a quais requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Ao 127 e ao 139. Em discussão. (*Pausa.*) Os Deputados que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*) Está aprovado. Requerimento nº 102, do nobre Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, em continuidade aos requerimentos da minha lavra, estou requerendo à Agência Nacional de Petróleo todas as autuações relativas à qualidade de produtos realizadas em distribuidoras ou bases clandestinas no Rio de Janeiro. Na medida em que a gente quer investigar a adulteração, é necessário que a gente tenha as autuações feitas pela ANP a fim de que, já tendo o fato concreto, nós possamos partir para a investigação em cima de fatos concretos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Em discussão. (*Pausa.*) Não há nenhum Deputado inscrito. Vamos à votação. Os Deputados que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*) Está aprovado o Requerimento nº 102. Requerimento nº 103, do nobre Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, o presente requerimento é para que a Agência Nacional de Petróleo nos forneça a relação de todas as distribuidoras de solvente do País, além da identificação dos seus sócios-



diretores para que, possivelmente, no futuro, possam ser convocados em audiência pública. Nós muito falamos aqui, e levantamos inicialmente a lebre de que o solvente era um dos principais pontos que permitia essa adulteração no País, até pela diferenciação de tributação que existe do solvente para o próprio combustível. Então, na medida em que a ANP, em depoimento em audiência pública, informou que todas as vendas são registradas com cotas na própria ANP e é ela que tem que fazer o controle, e eu já fiz um requerimento anterior solicitando todas as notas fiscais de venda, é necessário que a gente peça também à ANP a relação dos distribuidores que estão identificados na ANP e seus sócios-diretores, para que nós possamos verificar se sócios-diretores de distribuidoras de solvente têm a mesma participação em distribuidora de combustíveis, a fim de facilitar a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Em discussão. (Pausa.) Não tendo nenhum Deputado inscrito para discussão, vamos passar à votação. Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Está aprovado. Vamos passar agora à matéria extrapauta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, acho que ainda falta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - É, ainda falta o 138. Nobre Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, também da minha lavra, o presente requerimento tem, como continuidade ao depoimento que foi feito aqui pelo Diretor de Abastecimento da PETROBRAS, conhecer, requerer, para que possa ser do conhecimento desta Comissão todos os contratos de venda de



combustíveis em vigor, as notas fiscais de vendas de ,combustíveis no período somente deste ano,

para que não venha uma documentação extensa, e as cópias dos contratos com os escritórios de advocacia da PETROBRAS, bem como seus respectivos processos licitatórios. Com isso a gente pode não só tirar dúvida de quem tem contrato com a PETROBRAS, qual o volume efetivo que está sendo tirado entre o contratado e os escritórios que defendem a PETROBRAS nos processos de liminares, para que possa esta Comissão, de posse desses dados, aprofundar as suas investigações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Em discussão. *(Pausa.)*

Nenhum Deputado querendo participar da discussão, vamos à votação. Os Deputados que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Está aprovado.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Presidente, uma questão de ordem.

Eu poderia sustentar o requerimento do Deputado Pompeo de Mattos, porque eu penso que ele perdeu o vôo hoje – não tinha vôo no Rio Grande do Sul. Eu posso subscrever?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Pode subscrever.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Apenas para fazer uma gentileza ao colega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Então, Requerimento nº 89, do Deputado Pompeo de Mattos, sustentado pelo Deputado Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Veja, o que se busca nesse requerimento é trazer da Agência Nacional de Petróleo a lista de todos os processos administrativos e judiciais que dizem respeito a fechamento de postos de



combustíveis lá. Já há algo parecido. Eu penso que pode até ser agregado a um requerimento — parece que é do Deputado Nelson Bornier — que diz respeito à mesma tese. Portanto, eu acho que nós ganharíamos em termos aqui essa documentação que a ANP fornecerá, seguramente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Em discussão. *(Pausa.)* Não há nenhum Deputado inscrito para falar. Vamos à votação. Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Está aprovado. Requerimento extrapauta nº 141. “Requeiro, nos termos do art. 52, inciso V do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que se inclua na Ordem do Dia o Requerimento nº 140/2003, de autoria do Sr. Deputado Luciano Zica. Solicito a autorização para organização de diligência no Estado de São Paulo, em função da constatação de quadro de grave alteração de combustível naquele Estado.”
Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, esse requerimento vai na linha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só um minutinho. Primeiro vamos fazer... se o requerimento é acatado. Votação nominal. Deputado Bassuma. *(Pausa.)* Ausente. Carlos Santana, sim. Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Paulo Rubem. *(Pausa.)* Ausente. Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - José Carlos Araújo. *(Pausa.)* Paes Landim. *(Pausa.)* André Luiz. *(Pausa.)* Eliseu Padilha.



O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA - Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eduardo Gomes. *(Pausa.)*

Rafael Guerra. *(Pausa.)* Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - *(Intervenção inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Sim. Dilceu Sperafico.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Ricardo Barros. *(Pausa.)*

Iris Simões. *(Pausa.)* Marcus Vicente.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Jaime Martins. *(Pausa.)*

João Caldas. *(Pausa.)* Dr. Evilásio.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Rogério Silva.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Pompeo de Mattos.

(Pausa.) Ausente. Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Professor Irapuan Teixeira.

(Pausa.) Fernando Ferro. *(Pausa.)* João Magno. *(Pausa.)* Maninha. *(Pausa.)* Maria

do Rosário. *(Pausa.)* Gervásio Silva. *(Pausa.)* Rogério Teófilo. *(Pausa.)* Edison

Andrino. *(Pausa.)* José Divino. *(Pausa.)* Mauro Lopes. *(Pausa.)* Alexandre Santos.

(Pausa.) Helenildo Ribeiro. *(Pausa.)* João Campos. *(Pausa.)* Eduardo Cunha.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - João Pizzolatti. *(Pausa.)*

Dr. Francisco Gonçalves.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - João Magalhães. *(Pausa.)*

Maurício Rabelo. *(Pausa.)* Miguel de Souza. *(Pausa.)* Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, o titular já votou, Dr. Evilásio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Isso. Já deu? Então está bom. Está aprovado. Agora vamos ao teor. Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, o objetivo desse requerimento é autorizar este Deputado a organizar um roteiro para preparar diligências que o Deputado não desejar fazer sem autorização prévia da CPI, que, evidentemente, no encaminhamento, será discutido com os membros da Comissão e organizaremos o grupo de trabalho que irá proceder ao acompanhamento de um procedimento que, infelizmente, na minha região, é muita grave, que é a adulteração de combustíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só queria alertar que, em vez de a gente botar Estado de São Paulo, eu acho que a gente deveria ampliar, até para nós não dizermos, entendeu, para ampliarmos o máximo possível essa diligência. Está bom? Tirar o Estado de São Paulo e ampliar.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - De pleno acordo, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Pode ser em todo território nacional, Sr. Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Isso, em todo o território nacional.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Perfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Aqueles Deputados que queiram discutir... Ninguém? Eduardo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, não é para discutir, não. Já havíamos debatido previamente. Não há nada a opor. Acho, talvez, que se devesse estabelecer um número de Parlamentares que deveriam participar minimamente do ato, para dar respaldo à ação. Acho que se deveria fixar o número. É, 5 Deputados, para que desse legitimidade ao ato. É por isso só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Está bom.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputada Rose.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar o Deputado Luciano Zica pela iniciativa, mas gostaria de deixar as regras claras do que nós estamos aprovando aqui dentro desta Comissão, porque algumas coisas nós temos discutido, aprovado preliminarmente em uma sala, depois chega no plenário e se muda com outros entendimentos, e eu não sou a favor desse comportamento. O que eu falo dentro de uma sala eu posso falar aqui. Então, o Deputado requer, nos termos regimentais, que ele possa construir uma comissão de algumas diligências que devem ser feitas. Eu gostaria de conhecer previamente quais diligências e que elas fossem colocadas publicamente aqui. Está certo?

(Intervenção inaudível.)



A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Todas, para que todos tomem conhecimento das diligências, para que não haja aquilo que houve na sala — estou falando com fundamento —: nós falamos que ninguém estava autorizado individualmente a fazer nenhuma audiência, encontro, de qualquer maneira, sem o conhecimento prévio desta Comissão. Aconteceram alguns encontros de que se tomou conhecimento através da imprensa. Hoje o Deputado Luciano, com muita propriedade, coloca isso aqui. Nós estamos todos de acordo, vamos aprovar, mas eu gostaria de conhecer a pauta desse trabalho para que eu possa, amanhã, se consultada por qualquer pessoa de um plenário ou mesmo do meu partido, ou mesmo publicamente, eu possa explicar o porquê dessa diligência e qual o objetivo dela.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, apenas para acolher as sugestões feitas pelo Deputado Eduardo Cunha e pela Deputada Rose de Freitas, quero dizer que nós poderíamos estabelecer que esse grupo de trabalho, para viabilizar nos diversos pontos — nós somos apenas 24 membros, portanto, se estabelecermos grupos muito grandes poderemos inviabilizar o trabalho —, de no mínimo 3 Parlamentares, e que fosse informado previamente à Comissão, nos termos em que levanta a Deputada Rose de Freitas. Aí nós teríamos condições de, efetivamente... A minha intenção, ao aprovar este requerimento, é exatamente porque há preliminares, há preparação que eu quero ter garantida pela Comissão, para ninguém poder me acusar, posteriormente, de estar agindo de forma desordenada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Em discussão.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sr. Presidente, eu só queria um esclarecimento do autor sobre o critério para a escolha dos membros. Aqui, por exemplo, há mais de 1 Deputado de São Paulo, um de Mato Grosso e de outros Estados... Qual é o critério que nós vamos usar na escolha dos membros?

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - O critério, eu acredito o seguinte: é evidente que eu não vou, como um Deputado de São Paulo, que tem pouca informação sobre o Mato Grosso, tomar iniciativa no Mato Grosso. Eu acho que cabe ao Deputado que identificar o problema trazê-lo para a Comissão e aí se constitui, aqui no plenário da Comissão, um grupo. Minha intenção é neste sentido. Não quero nem a procuração para propor um grupo. Traremos o debate ao plenário após deliberarmos aqui quais são os Deputados que irão. O fato de termos... Nós somos Deputados brasileiros, com responsabilidades nacionais. E aí iremos respaldar essa ação em qualquer ponto que ela vier a acontecer.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Não, pelo que eu estou entendendo, Sr. Presidente, para esclarecer, ainda, pelo que eu estou entendendo, V.Exa. fará parte de todos os grupos de diligência. Não. Então, apresentada a formulação, o pleito pela diligência, o Deputado do requerimento será o coordenador disso e os Deputados serão apontados pela Comissão?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - A título de sugestão, Sr. Presidente, eu acho que nós poderíamos utilizar a representatividade partidária dentro da Comissão e que cada partido estivesse representado, ou pelo os partidos que representassem a grande maioria da Comissão, se fosse o caso, para dar representatividade. E aí cada representante partidário indicaria um colega ou ele



próprio da sua bancada para acompanhar, se quisesse. Eu acho que ficaria uma coisa mais democrática até.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sr. Presidente, a minha preocupação é mais ou menos, Deputado Luciano Zica, a seguinte: eu sou do Mato Grosso, outro do Maranhão, outro do Amazonas. Forma-se uma comissão que vai estar presente no Estado, fazendo um levantamento, porque nós precisamos fazer realmente. Acho que o requerimento é numa direção muito boa, para estarem presentes os membros da CPI, mas, de repente, um membro da Comissão pode estar com um grupo de trabalho da Comissão no seu Estado, sem a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eu queria uma sugestão. Olha só, está havendo um problema. Primeiro, queria só uma atenção, nobre Deputada. Olha só, primeiro eu acho que todas diligências... Primeiro, eu acho que a gente tem é que aqui aprovar... Eu acho que o critério mais justo... Se a diligência for no Estado de origem de Deputados que são daqui da Comissão...

(Não identificado) - Ele coordena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não, ele coordena e todos os Deputados do Estado que queiram participar vão lá participar. Agora, tem uma coisa que é de princípio que aí pega o que o Eduardo disse também, que cada diligência, pelo menos, respeite a proporcionalidade. Entendeu? Uma coisa está entre...

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, um aparte, eu gostaria de propor, então, o seguinte: onde está dito que eu fique autorizado, que qualquer Parlamentar desta Comissão fique autorizado a organizar, submetendo à Comissão o procedimento, certo?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eu queria...Outra coisa... As diligências... queria só uma informação. Nós temos que também ter muito cuidado, entendeu, como é que nós vamos trabalhar esse processo de diligência, porque também não pode ser uma coisa muita aberta, porque também se a gente for decidir aqui aonde vai, a hora que vai... por isso que tirei. A primeira coisa que tem de fazer é tirar São Paulo e aí ir pegando o que... porque senão não é diligência, é um passeio. Não é diligência, é um passeio. Então, primeira coisa, nunca se faz diligência dizendo a hora que vai, essas coisas todas. Eu acho que tem de ter um respeito... Nem aonde vai. Agora, nós vamos fazer diligência no Brasil, dentro do território. Agora, há uma responsabilidade de, quando acontecer nos Estados, a prioridade é dos Deputados dos respectivos Estados e, ao mesmo tempo, assumindo a proporcionalidade. Queria saber se tem alguma coisa divergente. Tem não? Então vamos passar à votação. Os Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Está aprovado. Quero informar que amanhã o Procurador, tendo em vista que o Cristiano Alves de Souza, Procurador do Ministério Público do Estado de São Paulo, Edmar Gomes, Procurador do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, cuja pauta já foi encaminhada pela Secretaria... Então, amanhã, às 2h30min, amanhã, desculpem, às 10 horas, no mesmo plenário, vai estar conosco o Edmar Gomes dos Santos, Procurador do Ministério Público do Espírito Santo, para falar sobre as investigações da máfia do combustível no Espírito Santo. Não havendo mais nada... Rose.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, eu, ainda no período de licença, procurei, mesmo assim, acompanhar o trabalho da nossa CPI e li uma matéria da revista *Época*, escrita pelo jornalista Andrei Meireles, em que ele



faz observações e denúncias que comprometem os membros desta Comissão. Eu queria refletir — porque refleti com o meu partido numa reunião de hoje — sobre o teor desta matéria. E aqui, em determinado trecho, diz: “O *Presidente da CPI, Deputado Carlos Santana*...Eu não sei se querem que eu leia a matéria toda. Todos leram a matéria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Então eu vou ler a matéria: “*Máfia tenta influir na CPI*”. É o título que está aqui colocado. “*Polícia revela à Câmara gravações que sugerem envolvimento de Parlamentares*.” O autor é Andrei Meireles. Está escrito: “*Entrou areia no tanque da CPI dos Combustíveis. Escutas telefônicas da Polícia Federal indicam o possível envolvimento de alguns Deputados Federais integrantes da Comissão, além de juízes e policiais, com a máfia que controla o milionário negócio dos combustíveis adulterados. As gravações, ainda mantidas sob sigilo, sugerem tentativa de influência nos rumos da própria CPI. Abre aspas — ‘O problema das fraudes no comércio do combustível já é tão grande quanto do narcotráfico’ — fecha aspas — afirmou, em depoimento na Câmara, o Delegado Cláudio Nogueira, Coordenador de Contra-inteligência da PF, da Polícia Federal. ‘Preocupados com o suposto envolvimento de companheiros, Parlamentares petistas que integram o comando da CPI procuraram o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Foram aconselhados a continuar com as investigações. De acordo com o Delegado Nogueira, além de autoridades públicas, também narcotraficantes, contrabandistas de armas e doleiros especializados em lavagem de dinheiro participam do esquema — abre aspas — ‘Os mesmos navios que trazem armas e drogas transportam combustível de qualidade inferior ou de origem ilegal’ — afirmou.*



As gravações telefônicas sugeriram à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal apurações adicionais, agora no Judiciário. Uma das fitas mostra uma juíza e um advogado acertando a concessão de uma medida liminar. Eles combinam só se referir ao nome da distribuidora beneficiada lendo de trás para frente. Na data prevista, a liminar foi concedida: o nome da empreiteira é exatamente o contrário do pronunciado na conversa. O Presidente da CPI, Deputado Carlos Santana, enviou, na quinta-feira, o Ofício nº 175/2003 ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, pedindo vigilância especial sobre os inquéritos registrados na 1ª Vara Federal, em São João do Meriti. Ali é um conjunto de gravações feitas nos últimos quatro meses com conversas que comprometeram Parlamentares e juízes. Provas já colhidas sugerem a possibilidade de a máfia ter assassinado pelo menos 22 pessoas nos últimos 3 anos. Em outra providência, apoiada pelo Palácio do Planalto, o Deputado Luciano Zica, PT/So Paulo, pediu à CPI a requisição formal de cópia dos principais inquéritos em tramitação em São João do Meriti sobre fraudes com combustíveis. Na quarta-feira, enquanto o assunto era debatido no Palácio do Planalto, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, do Rio de Janeiro, determinava à Justiça Federal, em São João do Meriti, que remetesse os processos à sua avaliação. Com o Governo, uma CPI e um Tribunal Federal interessados em apoiar as investigações já iniciadas, é provável que nas próximas semanas o País comece a conhecer detalhes do funcionamento dessa fatia do submundo.” Encerra a matéria. Tem uma foto do Deputado Luciano. “Ação: Luciano Zica pede os CDs com conversas comprometedoras.” Embaixo tem uma foto de um posto de gasolina. Bom, esta matéria, de todo, será muito útil para esta CPI. Desde o início, nas primeiras reuniões, eu tenho dito que uma CPI como esta, com o alcance que ela



tem, com a responsabilidade que todos nós temos... Não sou detentora de nenhuma verdade, a não ser da minha dignidade pessoal. Eu gostaria, Sr. Presidente, que, primeiro, fossem feitos os requerimentos todos necessários para que nós conhecêssemos, inclusive, o teor dessas fitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Isso.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Solicitar ao Ministério, à Polícia Federal, a quem tem por direito essas fitas que elas sejam ouvidas nesta CPI. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Por isso que foi aprovado meu requerimento.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - E se por acaso tiver o envolvimento de qualquer um Parlamentar, que eu já dizia que CPI nesta Casa tem que ter critério, que sócio de distribuidora, e por aí afora, quem estiver envolvido com o setor não poderia estar dentro de uma CPI como esta, porque há todo um esforço puxando para frente e algum ou outro — não quero aqui supor que ninguém tem envolvimento — puxando para trás, enlameando a todos. Eu acho que todos aqui, como eu, mãe de família, pai de família, Parlamentares com idoneidade pública, têm de garantir que esta CPI será conduzida, necessariamente, mais do que necessariamente, verdadeiramente, aos rumos a que ela se propôs. Eu queria, então, perguntar a V.Exa., para que V.Exa. me esclarecesse: V.Exa. fez um requerimento, é autor desta CPI. E o requerimento de V.Exa. eu li várias vezes. E conversando com V.Exa... Eu já tive oportunidade de apoiar em momentos em que tentavam atingir sua honra. V.Exa. sabe da minha conduta. Todo mundo é inocente até que se prove o contrário. Eu queria saber quais são as medidas que estão sendo



tomadas para se esclarecer o problema da máfia do óleo, do óleo, do contrabando, da matança que se fez no Rio de Janeiro, que é, inclusive, interesse especial de V.Exa. nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Posso responder?

A SRA DEPUTADA ROSE DE FREITAS - A segunda coisa, eu queria dizer a V.Exa. que eu tenho batido na tecla que esta pauta tem que estar dirigida... Hoje eu estou vendo que há 2 requerimentos extremamente profícuos ao trabalho desta Comissão. A pauta desta Comissão não tem que atender a interesses eleitorais, regionais de ninguém. V.Exa. há de notar que eu não fiz um requerimento até agora a não ser o da sub-relatoria. Aprovadas, depois desaprovadas e até agora não colocadas em discussão. Então, eu queria ouvir de V.Exa., mais uma vez, agora... Nenhuma reunião desta CPI deverá ter teor... Desculpe-me, Deputado Luciano, nenhuma diligência pode ser anunciada, ela tem de ser mantida em segredo, é antiestratégico e tudo o mais. Então, a coisa mais estratégica desta CPI é garantir a integridade moral dos seus componentes, entre elas, eu me inscrevo. Está certo? Então, gostaria de dizer a V.Exa. que toda pauta desta CPI poderia ser revista e trabalhada no sentido de obter as informações que a sociedade, tanto quanto a imprensa, muito mais a sociedade, o consumidor, seja esclarecido para a finalidade à qual nos propusemos e aqui estamos. Era isso que eu queria falar, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Primeiro, eu fico satisfeito que a linha da CPI é a linha que a nobre Deputada Rose acabou de dizer. Ao chegar esse requerimento na minha mão, do Deputado Luciano Zica, e vendo a gravidade, vendo a gravidade do requerimento e achando que poderiam sumir com todas essas



informações e como.... para eu delegar a ele ou a qualquer membro fazer essa diligência, tinha que ser aprovado, como nós aprovamos aqui. Então, de uma forma, já, de tentar fazer com que a gente... como o próprio Luciano Zica relatou comigo que tinha preocupação de que essas fitas, o que estivesse lá poderia sumir, então, o que eu que fiz? Imediatamente, consultei a base jurídica da Comissão, com a Secretária, e fui orientado a pedir apoio à Polícia Federal, à qual fiz um requerimento. Encaminhei à Polícia Federal. Hoje nós aprovamos o requerimento e esperamos, o mais rápido possível, marcar, na Vara responsável, a ida para conseguir todo esse material. Então, o requerimento que nós aprovamos hoje é no sentido de dar autorização, como vários outros requerimentos, que estão no mesmo caminho, não só nessa Vara, mas no âmbito do Brasil todo. Onde tem processo tramitando com o assunto tanto na questão da adulteração, quanto também na questão tributária — porque a gente tem um problema na questão tributária — venham o mais rápido possível para a nossa Comissão. É o encaminhamento que o Deputado Luciano Zica, que é autor, poderia...que tem mais esclarecimento, poderia falar um pouco sobre a matéria.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Deputada Rose de Freitas, Presidente, Deputado Carlos Santana, na semana passada me chamou a atenção uma pessoa que teve acesso ao depoimento do Delegado Cláudio Nogueira levantando a hipótese do envolvimento de Parlamentares, inclusive desta Comissão, naquela escuta telefônica em relação a privilégios com empresas distribuidoras e na relação com o Poder Judiciário, e eu fiquei, por alguns momentos, pensando em desistir da CPI, justamente porque, na minha compreensão, estávamos todos sob suspeita e fiquei chateado por não ter-me dado conta disso no momento do depoimento do



Delegado Cláudio Nogueira. Diante disso, resolvi, com a preocupação, inclusive diante da possibilidade de efetivamente haver algum Membro desta Comissão realmente comprometido nessas fitas, de trazer ao debate na Comissão e isso provocar um ato de violência qualquer contra o Fórum onde estavam depositados os documentos ou mesmo contra a juíza que tinha a guarda desses documentos. Diante disso, fomos pedir ajuda ao Presidente Carlos Santana para que pudessemos encontrar uma saída com vistas a tirar daquele Fórum e trazer para o âmbito da CPI esses documentos. Formulei um requerimento que, inclusive, pedia o arretamento dos documentos, lacrados, até posterior apreciação da CPI, para a abertura desses documentos. O procedimento que a assessoria jurídica da Casa sugeriu foi que o Presidente pedisse proteção à Polícia Federal para os documentos e que nós deliberássemos hoje sobre o requerimento para, embasados pelo Plenário desta Comissão, irmos até, agora, ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que avocou para si a guarda dos documentos. Preocupa-me também porque, segundo depoimento do Delegado Cláudio, há membros do Tribunal do Rio de Janeiro também citados. Eu li atentamente o depoimento do Delegado Cláudio e pude constatar que pairam suspeitas sobre membros do Tribunal. Então, eu lamento profundamente que tenham sido avocados para o Tribunal esses documentos. Mas queria, inclusive, deixar aqui um apelo a esta Comissão no sentido de que, agora que foi aprovado o requerimento, entrássemos em contato imediatamente com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro no sentido de garantir que um grupo de Parlamentares desta Comissão, Deputada Rose, possa ir até aquele Egrégio Tribunal e ter acesso a uma cópia desses documentos para que a Comissão possa ouvir integralmente, ter acesso à degravação do documento, que já existe, bem



como às cópias dos CDs onde estão gravadas as tais conversas aqui relatadas pelo Delegado Cláudio. Isso é um mecanismo de proteção do trabalho da Comissão, sem o qual a Comissão não terá condições de andar, porque estaremos todos sob suspeita. Então, é neste sentido que eu queria reforçar o conteúdo do requerimento no sentido de que procedamos imediatamente à busca desses documentos para que sejam abertos diante da CPI e para que todos nós possamos ouvir o conteúdo dessas gravações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, eu acho de suma importância que isso realmente venha a ser esclarecido. Eu acho que todos nós membros realmente estamos numa situação em que devemos uma explicação sobre isso, mas eu gostaria também de salientar que estou aqui com as cópias taquigráficas do depoimento do então Delegado Cláudio Nogueira e não vi, em nenhum momento, essa questão colocada.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - (*Intervenção inaudível.*)

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Não, não é de Deputados, com referência a esse processo, em que momento foi dito isso, porque eu, durante a audiência... tenho aqui as cópias das notas taquigráficas e não vi, em nenhum momento... isso deve ter sido dito aí de forma, realmente, vamos dizer assim, muito sigilosa a algum Deputado. Eu não assisti a ele citar esse processo que está aí, objeto deste requerimento,...

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, eu queria, para esclarecer ao Deputado Nelson Bornier... O Dr. Cláudio Nogueira cita no seu depoimento que há autoridades do Poder Legislativo Federal, do Poder Legislativo



em outras esferas de poder, do Poder Executivo e do Poder Judiciário, nos três níveis. Está literalmente citado...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Isso aí está citado?

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Está citado no depoimento. O objeto da escuta é esse processo que está em São João do Meriti.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - É a esse processo que estou me referindo, porque eu não vi nenhuma citação dentro da Comissão por parte dele...

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Mas é esse o processo.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - ... entendeu? Eu não vi, em nenhum momento, essa citação. Eu, de repente, fui citado um processo como esse...

até porque, Deputado Luciano Zica, o Município de São João do Meriti é um Município vizinho ao Município onde realmente eu resido, que é Nova Iguaçu — só para esclarecimento. Eu não vi a licitação, é apenas um questionamento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Pela ordem o nobre Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Presidente, em primeiro lugar, me associo às palavras da Deputada Rose de Freitas e eu entendo que até o requerimento que nós já fizemos anteriormente, que já foi aprovado, em razão do qual já foram expedidos ofícios a todos os Tribunais Regionais Federais solicitando cópias de todos os processos que envolvam combustíveis já está abrangido. Nós até aprovamos com uma redundância, para uma, digamos assim, política, está certo? Mas, na realidade, já está requerido e já foi remitido. O que eu acho que nós



deveríamos fazer, eu entendi agora, quer dizer, não tinha entendido durante a discussão, que pelo que eu entendi é que a diligência é para efeito de adulteração, não era diligência para buscar processo.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Para um esclarecimento. Nós estamos falando aí do Requerimento 139, Deputado Eduardo Cunha, para diligências de adulteração.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não, eu entendi.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Essa outra é o Requerimento 139, que pede a busca desse processo que está na...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Requer as cópias, não pede a busca.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Isso. Não tem a ver com a diligência.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Está requerendo as cópias, não está requerendo busca. O requerimento fala em requerer as cópias autenticadas de todas as peças do processo. Então, eu só queria entender, quer dizer, é claro, eu entendi claramente que está havendo uma afirmação política do processo, a que eu me associo e parabenizo, mas entendo que isso já tinha sido solicitado. O que nós deveríamos fazer é cobrar, sim, de todos os Tribunais Regionais Federais, não só esse como todos os outros processos que envolvam combustíveis. Se um processo em São João do Meriti tem a suspeição desse envolvimento, não me parece que é só em São João do Meriti que foi dada a liminar neste País, não foi só no Rio de Janeiro. Então, certamente, outros processos, tão graves ou podendo até ser mais graves do que esse, se esse efetivamente tiver a gravidade dita pelo Deputado Luciano Zica, certamente eu acho que nós devíamos fazer um esforço de buscar em



todos os Tribunais Regionais Federais todos os processos, inclusive até pedindo à Secretaria da Comissão que fizesse um busca pela Internet de tudo aquilo que tivesse referência por todos os nomes de distribuidoras que são registradas na ANP, porque esses processos todos devem estar vinculados a alguma distribuidora, então, por todos os nomes... existem as distribuidoras autorizadas da ANP, por esses nomes se poderia fazer uma busca e se identificaria em todos os Tribunais da Internet onde teria processo e que já fosse fazer a diligência em cada Tribunal tentando antecipar a entrega das cópias desse processo. Era este o complemento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Rogério.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Eu queria fazer... acrescentar o que o meu antecessor acrescentou. Um tratamento que não fosse específico exatamente. Que nós tivéssemos aqui realmente todos os processos que estão tramitando nos Tribunais, que nós tivéssemos um tratamento em todos os sentidos, que a gente pudesse olhar um por um, não com um individualmente, com todos de uma maneira para a gente poder esclarecer a questão da indústria das liminares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Como nós vamos fazer um requerimento, esse requerimento já está indo para todos os Tribunais, já foi. Agora, seria importante nós termos a ajuda de vários Parlamentares, porque nós vamos agendar com os Presidentes de Tribunais, porque, se não chegar o material, gostaria que o máximo possível de Parlamentares suprapartidários, a gente fosse, porque nós estamos encaminhando todos os requerimentos, nós vamos ter demora, e ainda estamos botando prazo, pedindo prazo 10, 15 dias.

(Não identificado) - Nós estamos no recesso, Sr. Presidente, dos tribunais.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - E ainda estamos no recesso. Mas nós vamos agendar, entendeu, tentar agendar com o máximo possível de Tribunais para que nós... a comissão de Parlamentares vá lá também verificar *in loco*, conversar *in loco* para tentar o máximo possível esse trabalho que a gente vai fazer em nível nacional. Vai lá Rogério.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Só dando continuidade à questão da Deputada Rose, ela citou também na sua fala a questão das Sub-relatorias, que ela apresentou, foi aprovada, depois foi retirada. Qual o procedimento que o Presidente vai dar nessa questão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não, só um minutinho. Não foi ainda aprovada, foi retirada e não entrou na pauta desta semana. Na próxima... pode estar na próxima pauta. Ela foi posta e foi retirada, como pode entrar a qualquer momento.

A SRA. ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, só a título de esclarecimento. Na reunião que V.Exa. convocou na sala anexa foi colocado em votação com as pessoas que lá estavam, que era um número de 16 Parlamentares; ausentaram-se 2 Parlamentares, o Deputado Ricardo Barros e o Relator Melles, o Deputado Melles. E o senhor perguntou aos membros que ali estavam se aprovavam que, na próxima reunião ordinária, estivesse em votação a Sub-relatoria. Todos foram de acordo. Apenas o Deputado Luciano Zica não votou favorável. Portanto, com essa votação expressiva de que havia apoio para ser encaminhado ao Plenário, não estou entendendo por que hoje não está no plenário, nós não estamos votando essa matéria. E também para lembrar a V.Exa. que nós hoje tivemos uma reunião na Liderança do PSDB em que nós votamos a permanência ou não dos membros na



CPI dos Combustíveis, dado um certo desânimo que pairava sobre os representantes do PSDB nesta Comissão. Queria lembrar a V.Exa. que eu solicitei verbalmente a V.Exa., através do microfone, e não o fiz por requerimento porque desde o início eu disse que eu queria entender quais os caminhos da CPI. Como eu vi que tinha uma enxurrada de requerimentos e alguns extremamente — por favor, sem aqui tecer o demérito da minha consideração a quem quer que seja, todo trabalho parlamentar tem de ser respeitado, é importante e, às vezes, foge ao meu entendimento —, vários requerimentos inócuos, vários requerimentos que enchiam a pauta, obstruíam. Ninguém é burro para não entender que uma enxurrada de 102 requerimentos numa CPI cujo prazo é de 90 dias, podendo ser renovado por mais 90, até 180 dias... O que isso significa? Era uma forma clara de obstrução desta CPI. E eu, desde o princípio, marquei com V.Exa. a minha posição de que eu gostaria de saber qual a estratégia de trabalho. Vamos cumprir a finalidade como? Se temos uma finalidade, e ela é clara, nós temos de trabalhar em conjunto, pensando com o Eduardo, pensando com o Daniel, com todos os Deputados que aqui estão quais são as prioridades desta CPI, quais realmente são os depoimentos importantes desta CPI. Eu solicitei a V.Exa. uma reunião formal e não em requerimento, agora vou fazê-lo por requerimento, da CPI do Narcotráfico, que o Presidente já tinha me formalizado a intenção de prestar alguns esclarecimentos do trabalho que desenvolveram, que cruza na lavagem de dinheiro com o problema da adulteração. Até hoje isso não aconteceu, Presidente. V.Exa. sabe o quanto eu prezo e estimo o seu trabalho político, o quanto eu o admiro, mas V.Exa. tem de entender que é difícil trabalhar dessa maneira. Nós fechamos uma pauta que hoje teria votação da Sub-relatoria. Não tem. O Deputado não estava presente. Acho que



eu não tive nem a oportunidade de esclarecer isso, mas eu me referi a esse assunto por causa disso. Eu também estava ausente e estou conhecendo o depoimento do Delegado Cláudio Nogueira através da matéria do jornalista e através das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eu gostaria que o Deputado Eduardo Cunha e o Deputado Luciano Zica pudessem esclarecer, porque estiveram na última reunião. Deputada Rose.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Nobre Deputada Rose de Freitas, eu, como sou favorável à Sub-relatoria, ficou muito a cavaleiro para poder dissertar sobre o tema. Houve uma reunião na última quinta-feira, se eu não me engano, e foram convidados representantes de partidos para que se tentasse falar em nome de cada partido e se definir aquilo que iria, ou não iria, inicialmente para a pauta. E todos os partidos estiveram lá representados e o partido de V.Exa. foi representado pelo nobre Deputado Eduardo Gomes. E depois da discussão que foi colocada pelos partidos que se pronunciaram e foi francamente a maioria para que não houvesse neste momento a criação da Sub-relatoria, inclusive com o meu voto contrário, porque eu era a favor da criação da Sub-relatoria. Então, quero esclarecer que foi discutido democraticamente entre os representantes partidários, que assumiram o compromisso de falar em função de suas bancadas. Todos os partidos, com exceção, se eu não me engano, do PC do B, que eu acho que não esteve ninguém lá presente, mas os outros partidos estiveram todos presentes e participaram da discussão.



A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Eu acho que tem um equívoco, Sr. Presidente, e precisa ser esclarecido. Desculpe-me, Deputado. V.Exa. estava na última reunião, da semana passada, onde foi decidido o contrário.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Aquela foi a penúltima. Eu, inclusive, protestei. Houve uma no dia seguinte com os representantes partidários.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Mas que reunião foi essa, Deputado?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Foi a reunião com os representantes partidários na quinta-feira.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Como?

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Eu posso contribuir com... Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria, primeiro, de dizer à Deputada Rose de Freitas que o Presidente e o Relator da Comissão convidaram representantes dos partidos — eu fui convidado como representante do Partido dos Trabalhadores — para avaliar a pauta de requerimentos que seria votada hoje. Foi uma reunião informal para fazer uma avaliação informal, sem nenhum compromisso formal, onde foi discutido e realmente o Deputado Eduardo Cunha insistiu com a tese das Sub-relatorias, mas a maioria grande, a única exceção foi o próprio Deputado Eduardo Cunha...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Fui voto unitário, vencido.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - ... achou que não caberia incluir na pauta de hoje esse requerimento das Sub-relatorias, que ficaria para uma próxima reunião deliberativa. Então, eu quero dar esse testemunho e dizer que não é uma ação unilateral do Deputado Carlos Santana.



A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Eu gostaria de saber quais são os Deputados que estavam presentes à reunião? Como ela foi convocada, pois fui eu que tomei conhecimento, pelo Deputado Alexandre, que havia sido realizada uma reunião naquele horário, eu ainda estava de cadeira de roda, não podia me locomover. No dia seguinte eu soube por outro Deputado que estava no plenário que haveria uma reunião às 10 horas, pedi ao Eduardo que fosse, porque eu também não tenho facilidade de me locomover, ainda estava de cadeira de rodas. Tomei conhecimento assim. Eu pedi que ele fosse. Não foi convidado para a reunião o Deputado Eduardo Gomes e ele estará hoje presente. V.Exa. pode consultá-lo. Eu só quero entender, Deputado... Eu sou a favor da democracia sempre. Eu só não consigo entender que se vote uma coisa num dia, no outro dia se chame para uma reunião secreta, no outro dia tem outra reunião. Não é possível.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Eu, naquele momento... eu quero esclarecer até à Deputada Rose, que eu também acredito que tenha sido o penúltimo a chegar, acho que o último foi o Deputado Alexandre. E eu, naquele momento, perguntava também, porque eu também não fui convidado. Eu soube e fui para lá naquele momento. E aqui foi dito pelo Deputado Zico que foi contatado um representante de cada partido, as Lideranças. E eu conversei até com o titular do meu partido, Deputado Dr. Evilásio, e ele também não teria conhecimento. Ele, como titular, não foi comunicado. Pelo menos foi o que ele me passou na semana passada. Só para esclarecer isso quanto a essa questão.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Pela ordem, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Daniel.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, eu acho importante que a gente faça este debate. Não acho bom que a gente transmita a idéia de que a Comissão está batendo cabeça, está tendo um desentrosamento no funcionamento da Comissão. As reuniões informais são importantes. Algumas coisas devem e podem ser tratadas nessas reuniões informais, que dão maior liberdade para que nós possamos trocar as nossas impressões, as nossas opiniões e encaminhar as coisas da CPI. Então, eu acho que nós deveríamos organizar, pelo menos a cada 15 dias, senão a cada semana, uma reunião dessas, reunião informal, para que a gente possa fazer um balanço, possa ver os documentos e trazer para o plenário aquilo que tiver passado por um filtro sobre o encaminhamento, não sobre o conteúdo das questões tratadas aqui na Comissão. Para essa reunião que aconteceu na semana passada, na quinta-feira, eu também não fui convidado, não fiquei sabendo, e estava aqui na Casa o dia inteiro. Então, para evitar que nós tenhamos esse debate aqui, que é pouco produtivo, nós deveríamos, talvez, organizar essas reuniões informais pelos menos a cada 15 dias, senão uma vez por semana, e que ficasse já estabelecido publicamente em que dia e horário poderia ser feita essa reunião, talvez até um pouco antes da reunião formal, uma hora, uma hora e meia antes da reunião formal nós nos sentarmos e fazermos essa conversa que busca o encaminhamento da reunião formal da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, primeiro, Sr. Presidente, eu quero dizer que eu não acho que exista reunião informal. Na hora em que nós nos reunimos na Comissão, se a Comissão se



reúne, ela pode ser deliberativa, tal, pode estar na agenda, mas é uma reunião da Comissão ou de alguns membros da Comissão. No dia anterior houve uma reunião e eu não fui comunicado também. E nesse dia um dos Deputados perguntou: “Você está indo para a reunião?”. Eu disse: “Que reunião?”. “Não, o pessoal está se reunindo para bater um papo, para trocar idéias sobre as coisas”. E eu vim a essa reunião, embora não tivesse sido convidado. E lá se conversou, se discutiram alguns problemas e se viu que tinham representantes de todos os partidos, quase todos os partidos estavam presentes. E do meu partido, por exemplo, tinha mais de um. Não foi só um membro do partido. Do meu partido, eu estava lá; o Relator é do partido, também chegou um pouco depois; Paes Landim também é do PFL e lá também estava. E se trocou idéia mais ou menos para não acontecer o que está acontecendo aqui, esse samba do crioulo doido, como se fala, ninguém sabe o que está acontecendo. Mas, na verdade, os Deputados dos partidos todos estavam lá, o que parece que aconteceu, Presidente, foi a falta de comunicação entre membros dos partidos a que pertencemos todos nós. Então, por exemplo, a Deputada Rose de Freitas ficou o Deputado encarregado de conversar com a Deputada Rose de Freitas, se não me engano, Eduardo Gomes ficou de conversar o que tinha sido discutido, conversado naquela reunião, que é formal, volto a repetir, onde tinham mais de 10 ou 12 Deputados. Então, não era *petit comité*. Na verdade, foi uma reunião. E o Eduardo, talvez porque foi quinta-feira, hora de viajar, o Eduardo talvez não tenha conversado com a Deputada Rose e outros Deputados...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Conversou, sim, Deputado.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Como, Deputada?



A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Ele conversou, porque eu o pedi que fosse à reunião me representar.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, ótimo. Então, essa história de alguns que assim ou assado, não. Na verdade, houve a reunião, conversamos, estava lá aberta não só para representantes de partidos, mas como todos os outros Deputados. Não sei como foi a da véspera, porque para a da véspera eu também não fui convidado. Mas alguns Deputados parece que ficaram de conversar. “Olhe, chame fulano, chame beltrano”. E foram lá. E eu fui da mesma forma que não fui da vez passada, do dia anterior. Na quinta-feira, parece que o Deputado Eduardo falou: “Você está indo? Vamos lá dar uma conversada?” Foi que eu vim saber que tinha tido essa reunião. Portanto, eu acho que a coisa foi clara, evidente, nós ordenamos alguns trabalhos e a própria Deputada Rose tomou conhecimento sem estar lá. Eram esses os esclarecimentos que eu tinha que fazer, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sr. Presidente, essa reunião informal foi V.Exa. que presidiu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não, primeiro deixa... eu acho que está havendo toda uma questão de um equívoco. Reunião informal, já ela mesma diz, é reunião informal. A reunião formal é esta reunião que está aqui. Somos nós que estamos aqui. Se algum Parlamentar tem algum requerimento, alguma coisa, ele entra na reunião formal. Então, a reunião formal é esta reunião que está aqui. Está bom? Está legal?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não, eu não presidi nenhuma reunião informal. Eu presido reunião formal. Reunião formal é esta



convocada, com ata, que está deliberando. Então, é isso. Então, eu quero dizer para você que amanhã nós temos outra reunião, que é uma audiência pública. Então, as reuniões informais, quem quiser fazer, pode convidar, tem todo o direito. Agora, eu só acho que a nossa reunião, as reuniões formais, é a reunião que é convocada com a pauta, com antecedência, com todos aqueles... É isso. Como aconteceu agora com o Deputado Luciano Zica. O Deputado Luciano Zica fez um requerimento extrapauta e entrou o requerimento na extrapauta. Não estava na pauta, ele fez um requerimento, os Deputados aqui concordaram com esse requerimento do Deputado Luciano Zica. Da minha parte eu quero dizer claramente para cada companheiro que nós estamos conduzindo a questão do trabalho. Quero deixar bem claro que essa discussão de Sub-relatoria eu estou vendo que não tem consenso da forma como está sendo encaminhada. Então, eu quero dizer que o Presidente, na sua atribuição, na próxima reunião deliberativa, vai estar na pauta. Então, aquele que concorda, ou não concorda, vai para a votação. Acabou. Então, não tem mais esse assunto. Está encerrada...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Não, Sr. Presidente, antes do senhor... eu gostaria de... V.Exa. colocou algumas coisas que, para mim, são satisfatórias. Primeiro, a reunião em que eu estava, que não era reunião ordinária, V.Exa. presidia. Portanto, naquele momento, o que foi decidido naquela sala valeu, como encaminhamento e estratégia desta Comissão. A reunião que V.Exa. não presidiu, que não seja formal, porque, para mim, só tem autorização para chamar para uma reunião desta CPI o Presidente ou a Relatoria, fora disso, não dá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Isso.



A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Senão vai virar uma bagunça. Segundo, V.Exa. se comprometeu, e o Deputado Daniel tem razão quando recoloca essa discussão, que antes de qualquer reunião ordinária V.Exa. chamaria para uma reunião na sala ao lado para que nós nos organizássemos para este debate aqui. Eu quero crer que V.Exa. sabe que seus discípulos estão aqui trabalhando para o bom andamento desta CPI. Agora, nós vamos discordar de V.Exa. todas as vezes que tomarem decisões numa linha marginal de ação, chamando cada hora para uma reunião, com um *quorum* diferente. Numa reunião, o Deputado José Carlos está, na outra reunião está o Deputado Eduardo Cunha e já até traduzem o que o PSDB pensou. Quer dizer, quem fala pelo PSDB sou eu, como Vice-Líder, ou o Deputado Eduardo, como Vice-Líder. Fora disso ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só quero, então, informar que as reuniões que o Presidente convoca são reuniões formais, como diz o Regimento Interno da Casa. Então, está encerrada a reunião. Amanhã, às 10 horas, no plenário 5, audiência pública.